

O CANADÁ COMO ESPELHO DISTORCIDO

Mineração, financeirização e empresas *juniors* no Brasil

Thaís Henriques Dias
*Estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação
em Sociologia e Direito da Universidade Federal
Fluminense (PPGSD/UFF)*
thaishd@id.uff.br

Ana Maria Motta Ribeiro
*Professora do Programa de de Pós-Graduação em
Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense
(PPGSD/UFF)*
an_motta@id.uff.br

Resumo: Os desastres e crimes provocados pelo extrativismo mineral no Brasil tem se intensificado nas últimas décadas como consequência do modelo da exploração mineral em grande-escala. Trata-se da conjuntura denominada de neoextrativismo, complexificada pela chamada financeirização das *commodities*, no século XXI. Neste trabalho, buscamos remontar o problema de fora para dentro, ou seja, perguntamos quais são os elementos capazes de esconder e produzir o apagamento dessas formas de acumulação de capital no âmbito do extrativismo mineral a nível internacional. Como parte de uma pesquisa de doutorado, destacamos: 1) o modelo de gestão mineral canadense, pois serve de exemplo como um modelo em sua forma mais acumuladora e concentradora de capital que é a forma monetária, centrada na atuação das empresas *juniors*; e 2) alguns indícios de como esse modelo tem sido reproduzido no Brasil.

Palavras-chave: Mineração. Neoextrativismo. Financeirização.

Abstract: Disasters and crimes caused by mineral extractivism in Brazil have intensified in recent decades as a consequence of the large-scale mining model. This context is known as neo-extractivism, further complexified by the so-called financialization of commodities in the twenty-first century. In this paper, we seek to reconstruct the problem from the outside in; that is, we ask which elements are capable of concealing and producing the erasure of these forms of capital accumulation within mineral extractivism at the international level. As part of a doctoral research project, we highlight: (1) the Canadian mineral management model, as it serves as an example of a model in its most capital-accumulating and capital-concentrating form—namely, its monetary form, centered on the role of junior companies; and (2) some indications of how this model has been reproduced in Brazil.

Keywords: Mining. Neo-extractivism. Financialization.

Introdução¹

Esta pesquisa trata das configurações atuais sobre a “assim chamada acumulação primitiva” definida por Karl Marx (2011) como uma história violenta dos fatores sociais, econômicos, políticos e jurídicos como base da origem do modo de produção capitalista no contexto europeu. Ou seja, a acumulação de capital é um processo que se deu no passado enquanto processo necessário para o surgimento do capitalismo, mas que se reconfigura sob novas formas relacionadas à expansão e

¹ Grande parte deste texto foi originalmente elaborada para o artigo “A Revolta de Trombas e Formoso e o modelo extrativo canadense no Brasil: a construção de diálogos sobre pesquisas sociojurídicas relacionadas a conflitos socioambientais diante da acumulação do capital”, escrito em coautoria com Geraldo Miranda Pinto Neto publicado na Revista Confluências (v. 27, n. 2), em dossiê organizado pelas autoras. Nesta versão, o texto foi adaptado a partir dos diálogos e orientações desenvolvidos entre as autoras.

aprofundamento das relações sociais de produção, especificamente capitalistas, pelo mundo. Considera-se que este enquadramento teórico é importante para pensar os processos de expropriação e de violência, que se mantém, sobretudo, em contextos de financeirização, de colonização e de capitalismo dependente, como é o caso da América Latina, aqui destacado o Brasil, expressados na expansão das frentes da mineração e do agronegócio na expropriação e nas disputas de terras, águas, territórios e direitos.

Esse contexto está inserido no processo de intensificação e expansão das fronteiras territoriais do extrativismo de bens naturais em grande escala na América Latina, sobretudo a partir do início do século XXI, e na centralidade do setor financeiro na atual configuração do capitalismo, com o crescimento dos investimentos e negócios financeiros nos setores extrativos, que tem sido descrito pela literatura como “neoxtrativismo” e “financeirização das *commodities*”, respectivamente (Santos; Milanez, 2013; Gago; Mezzadra; 2017; Milanez; Mansur; Wanderley, 2019; Svampa, 2019; Acselrad *et al.*, 2021). Tais processos têm resultado em formações predatórias e conflituosas nos territórios. No caso da mineração, evidenciam-se os casos dos desastres e crimes provocados pelo setor mineral², parte e consequência estrutural do extrativismo (Aráoz, 2020).

Se, por um lado, os desastres-crimes possibilitam revelar as contradições da acumulação capitalista nos países do chamado Sul Global, para a pesquisa de doutorado nos perguntamos quais são os elementos capazes de esconder e produzir o apagamento dessas formas de acumulação no âmbito do extrativismo mineral a nível internacional. Invertendo a lógica de observação, para remontar o problema de fora para dentro, o objetivo desse artigo é apresentar uma parte de uma pesquisa de doutorado em andamento, que busca entender a acumulação de capital via neoxtrativismo mineral, por meio do que aparece de forma mais oculta e volátil - a produção de lucro e a necessidade de remunerar o capital na sua forma monetária, em que o dinheiro gera mais dinheiro, como se não existisse a necessidade de exploração.

Isso porque a expansão dessa forma de capital, sob intenso movimento de concentração e centralização, leva, ao mesmo tempo, ao aumento do grau de exploração e expropriação de direitos e de bens naturais (Fontes, 2010). Ou seja, esse movimento da acumulação internacional leva à intensificação das atividades extrativas e, portanto, à produção de desastres. Tendo em vista que tais processos são marcados pelas formas de ocultamento dos reais beneficiários transnacionais e do papel pouco nítido de nações acima de suspeitas, como é o caso do Canadá, neste artigo buscamos destacar o modelo canadense de gestão mineral, centrado na atuação das empresas *juniors*, e alguns indícios de como esse modelo tem sido reproduzido no Brasil.

Canadá como “refúgio” das mineradoras e as *juniors* como especificidade

“O aumento do valor de uma ação na Bolsa de Toronto equivale à corrupção, espoliação, contaminação e mortes nos campos de exploração na África” (Deneault; Abadie; Sacher, 2012, p. 115, tradução nossa). Assim começa a parte final do livro *Noir Canada*, de 2008, em que os autores relacionaram diretamente as práticas violentas de expropriação e apropriação dos territórios africanos com o aumento do valor dos ativos financeiros das mineradoras canadenses, sobre os quais também depende o

² Três casos têm se constituído como marcos dessa conjuntura no Brasil. Em novembro de 2015 ocorreu o rompimento da barragem de Fundão, de responsabilidade da empresa Samarco S.A e suas controladoras, Vale S.A e BHP Billiton, no município de Mariana/MG. Em janeiro de 2019, a Vale S.A também é responsável pelo rompimento da barragem I da mina Córrego do Feijão, em Brumadinho/MG. Considerado o maior desastre em área urbana, a partir de março de 2018, temos o caso do afundamento de parte da cidade de Maceió/AL, causado pela extração de sal-gema do subsolo, pela petroquímica Braskem S.A. Os três casos chamam a atenção pelas dimensões catastróficas em termos de mortes humanas e não-humanas, extensão territorial atingida, deslocamentos forçados, destruição ambiental e múltiplos danos que foram se acumulando ao longo do tempo e que permanecem até o tempo presente.

crescimento do financiamento a fundos de aposentadoria e investimento público do Canadá. Segundo eles, essa relação entre expropriação, aumento de capital e financiamento privado e público de direitos sociais acontece, porque existe um ocultamento da fonte dessa acumulação mantido pela “cortina” da governança, que outorga um final democrático a esse processo financeiro.

Segundo Deneault, Abadie e Sacher (2012, p. 120), a emergência do Canadá como um dos principais países de registro de empresas mineradoras se apoiou em quatro princípios: estímulo do governo ao setor da mineração; estímulo aos investimentos canadenses no exterior; mercado financeiro como principal agente para impulsionar investimentos; e a legitimidade política e social dessa lógica proporcionada pelo governo canadense. Uma das formas de apoio do Estado canadense é por meio de suas embaixadas e autoridades políticas para encobrir as operações dessas empresas no exterior, para que seja quase impossível demandá-las e responsabilizá-las, sobretudo no Canadá, pelas suas atividades em outros países (Imai; Dias, 2025, p. 18-20). Em suma, no Canadá o setor mineral opera em condições muito particulares: forte apoio do Estado, proteção contra ações judiciais; forte vínculo com o setor financeiro e a bolsa de valores, que não possui controle rigoroso sobre como as empresas lidam com o risco ou com as comunidades e o meio ambiente, além de contar com uma estrutura de financiamento pulverizado (Milanez; Trocate, 2022).

O próprio caso do livro *Noir Canada* ilustra essa estrutura jurídico-política de salvaguarda ao capital mineral, e é exemplo da prática conhecida como *SLAPP* (*Strategic Lawsuit Against Public Participation*), traduzido como processo ou litígio estratégico contra a participação pública³. O livro foi primeiramente publicado no Canadá, em francês, mas, foi tirado de circulação como resultado de um acordo extrajudicial após a mineradora canadense *Barrick Gold* acusar os autores e a editora *Les Éditions Écosociété* por difamação, demandando-os em seis milhões de dólares em um tribunal de Quebec, em 2008. Poucos meses após o início desse processo judicial, outra mineradora canadense, a *Banro Corporation*, processou os autores e a editora por cinco milhões de dólares, em um tribunal de Ontário. Em reação, um grupo de intelectuais traduziu o livro para o espanhol tornando-o acessível para circulação em outros países no formato digital, o que possibilitou o nosso conhecimento do livro (Sacher; Acselrad, 2017).

O aumento de empresas mineradoras registradas no Canadá e o processo de sua proliferação no mundo, sobretudo, a partir do final dos anos 1980, tem sido explicado por diversos fatores e destacado por suas consequências em termos de conflitos e de controvérsias envolvendo essas empresas em países da América Latina, África e Ásia. Um dos pontos destacados pela literatura é o perfil dessas empresas: pequenas empresas, chamadas: “*juniors*”, segundo o jargão do setor mineral, concentradas nas etapas iniciais de exploração, com baixo capital, quando comparadas com as grandes mineradoras, mas em maior número em termos de quantidade, cenário que se mantém atualmente (Canadá, 2025a).

Em geral, as empresas *juniors* são conhecidas por buscarem prioritariamente reservas minerais economicamente vantajosas por meio de atividades de pesquisa e de prospecção de alto risco; trata-se da entrada inicial no território para investigar a existência de minério, realizar mapeamentos e obter concessões. Como seu foco, em

³ De acordo com Pring (1989), o termo SLAPP foi cunhado para designar as ações judiciais utilizadas para censurar, intimidar e silenciar críticos, impondo-lhes os altos custos de uma defesa legal até que desistissem de suas críticas ou de sua oposição. Em uma SLAPP típica, o autor não espera realmente vencer o processo judicial, seus objetivos são alcançados na medida em que desvia e altera os termos do debate original na qual a crítica está situada e ao pressionar o réu a ceder ao medo, à intimidação, ao peso das despesas jurídicas ou ao simples esgotamento. Na maioria das vezes, a SLAPP é precedida por uma ameaça legal e se disfarça sob a forma de uma ação civil comum, como aquelas por calúnia ou difamação. A identificação e pesquisa de tais casos se deu com a observação do crescimento de tais ações, nos Estados Unidos, a partir da década de 1970.

tese, não é a extração, o financiamento das *juniors* provém majoritariamente de bolsas de valores, fundos de investimento, subsídios do governo⁴ e acordos com outras empresas, diferentemente das grandes mineradoras que também operam com base na receita gerada pela própria extração mineral (Dougherty, 2013; Kuyek, 2022, p. 105). Isso torna as *juniors* altamente financeirizadas e dependentes da especulação de mercado, o que pode ensejar todo tipo de fraudes e especulações, como parte da busca pela criação arbitrária de capital⁵.

Como estratégia para atrair investidores, as *juniors* precisam obter concessões e licenças relacionadas às áreas do subsolo, demonstrando a existência de reservas minerais economicamente promissoras para exploração, além de um ambiente político e social favorável ao projeto. Conflitos e violências ligados às atividades das empresas são frequentemente ocultados dos investidores (Deneault; Abadie; Sacher, 2012, p. 130; Imai; Dias, 2025, p. 21-23). Investir nesse tipo de empresa significa apostar em uma negociação futura de uma mercadoria que nem sequer possui uma data prevista de produção ou que pode nem acontecer (Santos, 2021, p. 80-81). Por isso, esse tipo de investimento é altamente especulativo e se insere na categoria do “extrativismo financeiro”⁶ (Gago; Mezzadra, 2017), pois a empresa extrai capital não necessariamente da extração do minério, mas por meio do controle do território.

Apesar de uma aparente contraposição, as empresas *juniors* e as grandes mineradoras são responsáveis por momentos distintos de um mesmo processo. Essa interdependência é, muitas vezes, formalizada por meio de parcerias estratégicas, de financiamento e de clientes para suas descobertas, devido ao papel de cada uma na divisão global do trabalho do setor mineral: enquanto a *senior* se concentra em levar locais à produção, as *juniors* têm a responsabilidade em relação às explorações de alto risco (Dougherty, 2013). O papel dessas empresas passa a ser o de lidar com os conflitos territoriais, resistências sociais e os altos riscos da pesquisa mineral, transformando o território para que ele se adeque às condições de extração posterior (Deneault; Abadie; Sacher, 2012, p. 15). Esse momento inicial é, geralmente, marcado por práticas empresariais e formas violentas de apagamento dos conflitos e das resistências, em que a “assim chamada acumulação primitiva” do capital aparece de forma mais nítida (Sacher; Acselrad, 2017).

Cumprido o papel de apropriação do território, não é incomum que haja a venda ou incorporação das empresas *juniors* pelas grandes mineradoras, tornando-se uma filial, mudando de nome ou “desaparecendo do mapa” (Deneault; Abadie; Sacher, 2012, p. 15 e 50). Esse movimento não apenas apaga os rastros da acumulação e das expropriações, mas também dificulta a responsabilização dessas empresas. A combinação entre o registro em jurisdições que oferecem proteção jurídica, fiscal e

⁴ No Canadá, o financiamento de capital para as *juniors* é altamente subsidiado (Dougherty, 2013; Canada, 2025b). No Brasil, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com o Ministério de Minas e Energia (MME) lançaram um fundo de investimento, com foco nas *juniors* em projetos de minerais para eletrificação associados à transição energética, com aporte inicial de até R\$250 milhões (BNDES, 2024).

⁵ Uma das maiores fraudes do setor mineral foi protagonizada por uma empresa *junior* canadense, que ficou conhecido como Caso Bre-x, um golpe para supervalorizar as ações da empresa na Bolsa de Valores de Toronto, por meio da adulteração das amostras de ouro (Maior, 1997). Esse caso inspirou o filme “Gold”, traduzido como Ouro e Cobiça, de 2016, dirigido por Stephen Gaghan e escrito por Patrick Massett e John Zinman.

⁶ De acordo com Verónica Gago e Sandro Mezzadra (2017), o conceito de extrativismo financeiro é resultado da ampliação e radicalização da concepção de extração, extrativismo e neoextrativismo, para além da sua definição mais comum voltada para à extração de bens naturais e para os territórios onde ela ocorre, para que também abarque as finanças como um setor extrativo, ainda que não estritamente material, mas que atinge amplamente as lógicas espaciais da América Latina, resultando em formações predatórias nos territórios, tanto rurais como urbanos. Essa inclusão de outras formas extrativas de valor seria necessária para uma leitura dos novos conflitos sociais que permite mapear e analisar as articulações concretas entre territórios e finanças e o papel do Estado.

política, como o Canadá, e a utilização de uma estrutura corporativa fragmentada e transnacional, em que cada subsidiária cumpre um papel estratégico, permite a dispersão de responsabilidades e a blindagem da empresa principal. Trata-se de uma arquitetura pensada para evitar a responsabilização legal e os impostos, produzindo uma engrenagem da impunidade. Assim, embora tenham uma presença e poder crescente no Brasil, a atuação das *juniors* se dá de forma quase invisível (Milanez; Mansur; Wanderley, 2019, p. 110).

O modelo extrativo canadense no Brasil

Como parte de um mesmo cenário latino-americano⁷, a maior parte das empresas de mineração registradas no Canadá presentes no Brasil são empresas *juniors*. De acordo com Fernandes e Dias (2024), das 31 empresas canadenses identificadas com projetos ou processos minerários no Brasil em 2023, aproximadamente 70% são *juniors*; a maior parte, representadas por mais de uma subsidiária; com 80% dos processos minerários em fase de pesquisa; cujo principal minério é o ouro, que representa 68% de todos os processos minerários em tramitação; em estados localizados, especialmente, na Amazônia Legal, além de Minas Gerais e Bahia. Ainda que em um primeiro momento, o número de mineradoras canadenses presentes no Brasil pareça pequeno (31 empresas), quando incluimos as subsidiárias e associadas a essas empresas, em geral, responsáveis pela titularidade nos processos minerários, por questões legais, esse número aumenta substancialmente, além do tamanho da área (em hectare) dos processos que constam como títulos autorizativos, isto é, que permitem a intervenção no território para pesquisa ou lavra de minérios (Fernandes; Dias, 2024, p. 201 e 207).

Embora a pesquisa exploratória tenha revelado os aspectos quantitativos dessa presença, o que se pretende problematizar na tese de doutorado é o modelo mineral específico de gestão canadense. Nossa hipótese é que essa gestão extrativa serve de exemplo como um modelo em sua forma mais acumuladora e concentradora de capital que é a forma monetária. Essa forma de acumulação tem nas empresas *juniors* um forte componente jurídico e político (ideológico), que não se trata da materialidade da extração mineral em si, mas de uma estratégia de acumulação voltada para o chamado extrativismo financeiro. Haveria, então, uma especialização como estratégia da acumulação capitalista, que oculta a relação visual direta entre extração e expropriação local, como pode ser mais facilmente observável nos casos dos desastres, e menos nas bolsas de valores e nas atividades de pesquisa mineral.

Como nosso estudo tem como foco o Brasil, buscamos refletir sobre de que modo o país vem procurando adotar esse modelo canadense por meio de diferentes estratégias e políticas. Alguns indícios do incentivo do Estado brasileiro ao avanço dessas mineradoras no território nacional, bem como da tentativa de incorporar práticas e estratégias corporativas típicas do modelo canadense, podem ser observados em iniciativas como: o desenvolvimento de um mercado de capitais voltado ao setor mineral; a concessão de subsídios e incentivos públicos para o financiamento de empresas *juniors*, apostando nelas como vetor de crescimento do setor, especialmente por meio de um extrativismo associado à transição energética; e a flexibilização, ou mesmo

⁷ A partir da revisão de literatura e da pesquisa de campo realizada no Canadá durante o doutorado-sanduiche, que incluiu entrevistas, participação em mobilizações sociais e em eventos públicos e pesquisa documental, foi possível identificar a existência de um campo consolidado de estudos e práticas que reúne acadêmicos, pesquisadores, ONGs e movimentos sociais, tanto do Canadá quanto de países da América Latina, como Guatemala, Colômbia, Peru e Panamá. Esse campo tem se articulado diante da atuação de mineradoras registradas no Canadá, envolvidas em conflitos e violações de direitos humanos nesses países, em contextos mais ou menos semelhantes. No caso do Brasil, tais articulações também ocorrem, mas parecem ser mais pontuais e menos estruturadas quando comparadas àquelas observadas em outros países e casos da região.

desregulamentação, do marco regulatório, com o objetivo de facilitar e favorecer projetos minerários (Milanez; Trocate, 2022; Dias; Madeira Filho; Ribeiro, 2024, p. 368-370). Tais iniciativas indicam que a adoção desse modelo não se dá apenas de fora para dentro, por influência externa, mas também de dentro para fora, de forma subordinada e alinhada a interesses externos do capital.

Considerações finais

Ambos os casos, Brasil e Canadá, podem ser compreendidos como experimentos articulados no interior do padrão neoextrativista, com diferenças significativas entre eles, ainda que não necessariamente determinantes. No contexto latino-americano, observa-se uma maior liberdade e amplitude na condução desses experimentos, relacionados, por exemplo, ao maior grau de violência e da dimensão catastrófica dos desastres⁸, e ao menor grau de consulta real às populações atingidas, em comparação com o que se verifica no Canadá (Imai; Dias, 2025, p. 15-16). No caso do Brasil, este aparece como detentor de territórios especialmente protegidos, como Terras Indígenas, Unidades de Conservação e Faixa de Fronteira, consideradas como uma das principais fronteiras minerais a ser conquistada, com subsolos relativamente ainda pouco conhecidos para fins de extração.

Nesse cenário, o extrativismo financeiro operado pelas empresas *juniors* tem se apoiado em estruturas jurídicas e políticas para ocultar as conexões entre expropriação, destruição ambiental e criação de valor. Rastrear os caminhos concretos da acumulação exige, portanto, atravessar múltiplas camadas de legitimação e apagamento que tornam opaca a dinâmica do capital mineral, uma dinâmica que depende justamente dessa especialização fragmentada para seguir operando e corroendo as bordas e entranhas do planeta. A complexidade desse percurso, atravessado por variáveis ideológicas e territoriais, é o que torna tão difícil identificar objetivamente os processos de acumulação em curso. Compartilhar o percurso da pesquisa, com foco na fundamentação teórica e na problematização, faz parte da construção de um objeto teórico com o potencial de nortear a tarefa de desvelar alguns desses mecanismos e, assim, apontar indícios dos contornos de um cenário em transformação, e dos desafios que ele impõe.

Referências

ACSELRAD, Henri; FURTADO, Fabrina Pontes; BARROS, Juliana Neves; PINTO, Raquel Giffoni; ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. Neoextrativismo e autoritarismo: afinidades eletivas. **Revista Antropolítica**, n. 53, p. 167-194, 2021.

ARÁOZ, Horácio Machado. **Mineração, genealogia do desastre**: o extrativismo na América como origem da modernidade. São Paulo: Elefante, 2020.

BNDES e MME divulgam cronograma do Fundo de Investimento em Minerais Estratégicos. **Agência BNDES de Notícias**, 6 mar. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.bndes.gov.br/detalhe/noticia/BNDES-e-MME-divulgam-cronograma-do-Fundo-de-Investimento-em-Minerais-Estrategicos/>. Acesso em: 29 maio 2025.

CANADÁ. Natural Resources Canada. **Canadian Mining Assets**. Information Bulletin. January 2025a. Disponível em: <https://natural-resources.canada.ca/minerals-mining/mining-data-statistics-analysis/minerals-mining-publications/canadian-mining->

⁸ No contexto canadense, também se observam desastres de mineração, como o de Mount Polley, em 2014, e zonas de sacrifício do capitalismo extrativo observadas nos conflitos socioambientais e territoriais, sobretudo envolvendo povos indígenas (Vieira *et al.*, 2020; Joca, 2018, p. 21; Imai; Dias, 2025).

assets. Acesso em: 28 maio 2025.

CANADÁ. Department of Finance. **Government extending support for mineral exploration in Canada**. Ottawa: Government of Canada, 3 mar. 2025b. Disponível em: <https://www.canada.ca/en/department-finance/news/2025/03/government-extending-support-for-mineral-exploration-in-canada.html>. Acesso em: 30 maio 2025.

DENEULT, Alain; ABADIE, Delphine; SACHER, William. **Negro Canadá**: saqueo, corrupción y criminalidad en África. Traducción al español por Traductor@s y Corrector@s Colectiv@s. Rebelión.org, 2012. Disponível em: <https://www.rebelion.org/docs/149755.pdf>. Acesso em: 23 maio 2025.

DENEULT; Alain; RIBEIRO, Ana Maria Motta; DIAS, Thaís Henriques. Apagamento editorial e manipulação epistemológica: um fetiche do capital mineral sobre o livro *Noir Canada*. **Passagens** rev. int. hist. pol. e cult. jur., v. 16, n. 1, jan.-abr., 2024, p. 5-29.

DOUGHERTY, Michael L. The global gold mining industry: materiality, rent-seeking, junior firms and Canadian corporate citizenship. **Competition & Change**, v. 17, n. 4, p. 339-354, 2013.

FERNANDES, Rhuan Muniz Sartore; DIAS, Thaís Henriques. Quem são as mineradoras canadenses no Brasil? Panorama e estratégias de atuação. **AMBIENTES**: Revista de Geografia e Ecologia Política. v. 6, n. 1, p. 187-224, 2024.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

GAGO, Verónica; MEZZADRA, Sandro. A Critique of the Extractive Operations of Capital: Toward an Expanded Concept of Extractivism. **Rethinking Marxism**: A Journal of Economics, Culture & Society, v. 29, nº 4, p. 574-591, 2017.

IMAI, Shin; DIAS, Thaís Henriques. Responsabilizando mineradoras canadenses: uma entrevista com o professor emérito Shin Imai sobre desafios e caminhos na América Latina e no Canadá. **Confluências**: Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito, v. 27, n. 1, p. 9-24, 2025.

JOCA, Priscylla. Entrevista com John Borrows: Conflitos Socioambientais, Direito e Tradições Jurídicas Indígenas. **InSURgência**: revista de direitos e movimentos sociais, Brasília, v. 4, n. 2, p. 12041, 2018.

MAIOR mina de ouro do mundo é golpe do século. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 6 maio 1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/5/06/mundo/15.html>. Acesso em: 2 jun. 2025.

MARX, Karl. **O Capital [Livro I]**: crítica da economia política. O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2011.

MILANEZ; Bruno; MANSUR; Maira Sertã; WANDERLEY; Luiz Jardim de Moraes. Financeirização e o mercado de commodities: uma avaliação a partir do setor de mineral. **Revista Tamoios**, v. 15, n. 1, p. 104-125, 2019.

MILANEZ, Bruno; TROCATE, Charles. Prefácio Edição brasileira. In: KUYEK, Joan (org.). **Justiça insurgente**: como proteger sua comunidade do setor mineral. São Paulo: Expressão Popular, 2022. p. 14-19.

PRING, George W. SLAPPs: Strategic Lawsuits against Public Participation. **Pace Environmental Law Review**, v. 7, n. 1, p. 3, 1 set. 1989.

SACHER, William; ACSELRAD, Henri. **Capitalismo extrativo, conflitos territoriais e o papel das ciências sociais**: o caso do livro *Canadá Negro*. [Brasil]: *ETTERN IPPUR/UFRJ*, 2017. 1 vídeo (1:54:12). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yjNeVsbrjw&t=1s>. Acesso em: 2 jun. 2025.

SANTOS, Aline Braz dos. **Do extrativismo mineral ao extrativismo financeiro**: a Belo Sun Mining como uma velha roupa colorida pelas altas finanças. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). UFRJ, Rio de Janeiro, 2021.

SANTOS, Rodrigo S. Pereira dos; MILANEZ, Bruno. Neoextrativismo no Brasil? Uma análise da proposta do novo marco legal da mineração. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 10, n. 19, 2013.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina**: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo: Elefante, 2019.

VIEIRA, Daniela Campolina; GIANASI, Lussandra Martins; MARSHAL, Judith; PERKINS, Patricia Ellie; OLIVEIRA, Bernardo J. de. Mineração, desastres, formação crítica: casos no Brasil e no Canadá. **Revista UFMG**, v. 27, n. 3, p. 296-321, 2020.